



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Apresentação: 04/09/2019 16:34

RIC n.1187/2019

Requer ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional informações sobre os trabalhos do Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**, pedido de informações sobre o Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) criado para planejar a implementação de políticas públicas e estabelecer o plano para ocupação de área a ser afetada ao Comando da Aeronáutica no município de Alcântara-MA com vista à consolidação do Centro Espacial de Alcântara:

- 1) Quantas reuniões foram realizadas pelo referido Grupo Técnico? Em que datas e locais elas foram realizadas e quem participou?
- 2) Encaminhar cópia das atas e demais documentos produzidos ou utilizados no referido Grupo Técnico?
- 3) Encaminhar cópia das deliberações e dos encaminhamentos adotados pelo referido Grupo Técnico?
- 4) Qual a deliberação do Grupo Técnico sobre a consulta prévia ou oitiva da comunidade quilombola afetada pela consolidação do Centro Espacial de Alcântara?
- 5) Quantas lideranças quilombolas foram convidadas a participar de reuniões do referido Grupo Técnico?

JUSTIFICATIVA

A base de apoio ao Governo quer apressar a aprovação do acordo firmado pelo Brasil com os Estados Unidos para a cessão do uso do Centro Espacial de Alcântara.

Ocorre que o referido acordo possui uma série de impactos sociais sobre a comunidade quilombola que tem direito ao território vizinho ao Centro Espacial de Alcântara.

Estima-se que ao menos 600 famílias tenham que ser deslocadas para permitir a consolidação do referido Centro Espacial, uma vez que a consolidação exigirá a ampliação da área atualmente ocupada, obrigando a remoção das famílias mencionadas e criando barreiras para o acesso da comunidade ao mar.

A ampliação do empreendimento poderá gerar ainda uma pressão sobre a ocupação do espaço pertencente às famílias quilombolas, dando vazão a nova ocupação por pessoas estranhas àquela terra, comprometendo a preservação da cultura, do modo de vida e até mesmo da posse do território tradicionalmente ocupado pela comunidade quilombola.

Diante disso, qualquer decisão envolvendo o Centro Espacial de Alcântara não poderia ser tomada sem a consulta prévia e esclarecida determinada pela Convenção 169 da OIT, promulgada pelo Decreto nº 5051, de 19 de abril de 2004.

A sensibilidade do tema exige que o Governo forneça aos parlamentares informações atualizadas sobre as tratativas para a consolidação do Centro Espacial de Alcântara para que qualquer decisão sobre o Acordo firmado com os Estados Unidos da América somente seja tomada com todas as informações possíveis.

São essas as razões que nos levam a formular o presente requerimento.

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2019.

**IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP**